

tinha, essencialmente, uma finalidade política de prestígio» (o sublinhado é meu).

Como é fácil de verificar, essas épocas são ainda as épocas que hoje vivemos em Portugal. Temos aqui um excelente e oportuno exemplo de como Joaquim Aguiar formula, com extremo rigor, um problema fulcral do sistema partidário português.

Numa segunda parte, A Ilusão do poder propõe um modelo espacial para a compreensão do nosso sistema de partidos e do seu actual formato. Particularmente importantes são, do meu ponto de vista, as conclusões enunciadas na pág. 129 (o sistema político português oscila entre o autoritarismo e a democracia centrífuga) e na pág. 194 («o problema principal continua a ser o preenchimento do centro do sistema partidário: ou isso é conseguido por uma aliança de partidos, ou isso é procurado pela formação de um novo partido ou, finalmente, isso é indirectamente realizado por um reforço simultâneo da dimensão horizontal e da dimensão vertical através da eleição de um Presidente da República com filiação partidária»).

A ideia mais insistente de Joaquim Aguiar, neste domínio, é a de que no nosso actual sistema partidário existe o um partido a mais ou um partido a menos. Se se considera que existe um partido a mais faz algum sentido a actual estratégia do PS: «A procura do acordo entre o PS e o PSD, por convergência de necessidades, é, em termos práticos, equivalente à intenção de formação de uma única entidade partidária, no sentido em que será unificado o seu órgão de decisão estratégica» (p. 288). Contudo, esta solução, antecipada no tempo, dada a aceleração da crise da AD, de-

pende inteiramente do êxito da capacidade governativa da nova coligação. E é aí que a lição fundamental do livro se revela pertinente: é que «a mais perigosa ilusão do poder é a que nasce da exigência do êxito» (p. 289), «o problema político real não é a conquista do poder, mas sim a sua conservação» (p. 77), «há modos de obter uma vitória política que são o primeiro passo para a derrota inevitável» (p. 321), e neste plano, algumas nuvens parecem adensar-se. Será ainda o nevoeiro?

Mas, se existe um partido a menos, então parece óbvia a necessidade de um novo partido. Aqui as análises de Joaquim Aguiar são particularmente incisivas, tanto no que diz respeito à «questão presidencialista» (pp. 172-176) como à transformação do sistema partidário através da criação de um novo partido (pp. 182-188, em particular p. 187): «A concepção estratégica da formação de um novo partido é, mesmo no fim do período considerado nestas análises, uma mistura complexa de sugestões, de intenções, de convites à iniciativa ou de abertura de espaço para a precipitação. Em lugar de ser uma concepção estratégica, tem-se manifestado como o pretexto adequado para o exercício das mais diversas estratégias indirectas. E o seu carácter de ameaça aos partidos existentes tem mantido numa zona oculta o que deveria ser o seu único fundamento consistente, ou seja, qual poderia ser o seu contributo para uma dinâmica mais estabilizada do sistema partidário. De facto, enquanto se mantiver dependente de personalidades políticas singulares, esta concepção estratégica poderá conduzir à conquista do poder, mas será apenas mais uma ilusão, e uma ilusão efémera, no sistema político

português.»

Na terceira parte, Joaquim Aguiar ensaia um modelo genético para um melhor entendimento das características do sistema partidário português (o que passa por considerações históricas e sociais, e por uma análise cuidadosa do perfil de cada um dos partidos fundamentais na nossa vida política). A conclusão é deste teor: «A instauração democrática não é um momento de corte radical que inaugure comportamentos, estratégias e situações originais» (p. 303). Agustina dirá as coisas doutro modo: «Com a Revolução, o eixo da conjuntura social deslocara-se, ainda que a fala oficial das instituições ficasse relativamente igual. Aldo Marciano (...) dizia que a cara política da nação se modificara, mas o traseiro estava na mesma. Por palavras que afinal se consideravam científicas, podia dizer-se que o cu institucional permanecia» (Os meninos de ouro, p. 229).

## 4

### Reservas possíveis

Mais do que enunciar eventuais pontos de discordância, procurei apresentar ao leitor o estilo do trabalho de Joaquim Aguiar e os elementos essenciais da sua problemática.

Pessoalmente, incomoda-me um pouco a excessiva racionalidade dos modelos propostos, que raramente têm em conta os factores de identificação pessoal que constituem a dimensão religiosa de uma vida política cuja realidade excede em muito quaisquer lógicas racionalistas, por mais englobantes que elas sejam (é curioso ainda que esta recusa da óvia dimensão religiosa da política real seja

mais um ponto de aproximação entre dois raramente o optimismo antileista de Joaquim Aguiar e o de João Martins Pereira). Em certa medida, esta ilusão do poder, tão lucidamente analisada, deveria ser completada por um estudo do poder das ilusões.

Em segundo lugar, não compartilho inteiramente o optimismo antileista de Joaquim Aguiar quando ele quase reduz a análise política a uma combinatória ao alcance de todas as bolsas. Como escreveu Castoriadis, «discernir, no caos dos factos, das informações, das tendências, dos possíveis, dos argumentos, dos raciocínios, das objecções e das contra-objecções, o que conta e o que não conta, o que é fortemente provável e que é muito pouco, o factor que pode adquirir um peso decisivo e aquele que pode ser posto de lado ou secundarizado — isto compete a uma aptidão que todos possuem num grau mais ou menos importante, que se desenvolve, como é natural, com a experiência, o interesse, o contacto com as coisas, a possibilidade de discussões livres, mas que não é redutível a procedimentos 'racionalis'. O grego moderno exprime-a dizendo que alguém 'compreende aquilo de que se trata'. Proust consagrou-lhe belas linhas, a propósito do diagnóstico do grande clínico, da intuição do chefe militar, do feroz policial. A 'faculdade de juízo' é a capacidade de subsumir o caso sob a regra; mas alguém que, perante um doente, enumera mentalmente todas as doenças que estudou em nosologia, não é, e nunca será, um médico» (in *Libre*, n.º 8, p. 244).

E esta aptidão que faz de Joaquim Aguiar um notável conhecedor do nosso nevoeiro político. ■

## Ao pé das letras

# Acerca dos intelectuais

Augusto Abelaira

Segundo João Martins Pereira (*No País dos Falsos Avestruzes*, livro acabado de sair), o intelectual português de esquerda comporta-se «como se tivesse vergonha de se assumir como tal», sofre do «complexo de não ser povo», de não viver realmente na carne os problemas dos trabalhadores.

Recusa a única atitude racional: «A condição operária, a mim, intelectual de extracção burguesa, é-me exterior.» Mas «libertar-me do complexo de não ser operário não é distanciar-me do problema da exploração. É justamente escolher colocar-me, em relação a ele, na única posição que de boa-fé me é possível assumir: a da apreensão intelectual, a da teoria, que não é propriamente vivida (impossível), ou da prática imitada (falsa)».

Por tal não compreendem, acrescenta, muitos intelectuais se refugiam no PC, pois no PC estão, em princípio, os trabalhadores, e esperam assim apagar a sua mácula original. Mas ao procederem deste modo — sublinha —, desistem de ser intelectuais, pois o PC não é local para interrogações (e o intelectual é o homem das interrogações).

Quando compreendem que já não podem interrogar, fogem, muitas vezes. Mas que acontece, sempre segundo Martins Pereira? Em Portugal dá-se por que determinado escritor ou activista já não está no PC. Mas nunca se sabe por que nem como foi, contrariamente ao que tem sucedido noutros países «em que um Lefebvre, um Morin e tantos mais se explicam».

Segue-se o comentário: «As pessoas estão no seu direito de mudar de ideias mas» uma das funções essenciais do intelectual é interrogarem-se e dar publicamente conta dos problemas (interrogações) com que se defronta. Por isso não tem o direito de mudar radicalmente de interrogações sem publicamente se explicar.» E pergunta: «será isto porque os intelectuais portugueses saem do partido



carregando uma culpa de não ter podido lá ficar ou porque pensam que uma autocrítica seria fazer o jogo da Direita?».

Terá Martins Pereira razão em considerar esta «vergonha» apenas característica dos intelectuais portugueses? Apesar dos exemplos de Lefebvre, Morin e outros mais recentes, se nos dessemos ao trabalho de procurá-la nos intelectuais franceses não a encontraríamos também? Por exemplo, Jean-Paul Sartre não teve momentos em que a sua condição de intelectual lhe pesou, não esteve tentado a desistir de continuar a escrever o seu *Flaubert*? Quando ele se cala para não desesparar os operários da Renault, terá assumido a função que Martins Pereira exige dos intelectuais? Não seria até interessante analisar com a mesma crueldade que Martins Pereira dedica aos intelectuais portugueses, o namoro de Sartre com o PC? Bem sei, Sartre explica-se. Completamente?, pergunto.

Pergunta sem responder. Mas quando Jean Kanapa acusa os intelectuais de serem «voluntária ou involuntariamente os

arautos da ideologia burguesa», esta afirmação absoluta e definitiva, da parte de um intelectual (embora menor), não quererá dizer que ele, pelo menos, se sente povo e procura, de uma forma terrorista, criar nos outros a «vergonha», obrigando-os a fazer a sua «opção de classe» para apagarem a mácula?

Em resumo, concordo com a Análise de Martins Pereira se ele a alargar aos franceses (concedendo-lhe que por cá não houve — ainda? — nem Morins ne Lefébvres). E também discordo de que as origens do fenómeno em Portugal se encontrem no 25 de Abril, na época em que se acreditava ser «o povo quem mais ordena», antes portanto do balde de água fria do 25 de Novembro...

Pergunto-me se essa «vergonha» (chamemos-lhe agora remorso) não poderá ser detectada em Portugal a partir da Guerra Civil Espanhola, pelo menos. E cito a poesia de um grande poeta, José Gomes Ferreira, que traduz esse sentimento admiravelmente. Dramaticamente.

E como poderei esquecer a época do MUD Juvenil (a década de 40 e os princípios dos anos 50)? Quantas vezes foram pronunciadas frases como «Isso são coisas de intelectual»? Ditas, obviamente, por estudantes universitários que desejavam muito sinceramente «ser povo» e que nos convívios com os jovens trabalhadores (passeios a Sintra, a Almada, reuniões em casa de A ou de B) sentiam confusamente a tal «vergonha».

Tempos em que a Praxis surgia como pendão oposto ao das ideias (que lembravam, até pela raiz da palavra, o idealismo e as ideologias). Tempos em que a *XI Tese sobre Feurbach*, bem ou mal assimilada, parecia negar as interpretações do mundo, já que o objectivo deveria ser transformá-lo. Bem ou mal assimilada (como interpretar a palavra interpretação?) a *Tese* parecia negar uma frase que podíamos ler na História da Filosofia (histórias idealistas?): «Conhecer é poder» — frase do velho Francis Bacon, frase que sintetizara a revolução intelectual que transformara o mundo. Mas Marx

parecia contestá-la e nós não sabíamos inserir a *XI Tese* no contexto cultural em que fora escrita. De resto, não era verdade que a existência de bolo se demonstrava comendo-o?

Bem, há cinco ou seis anos estivemos, alguns intelectuais (emprego a palavra com certa timidez...) em terras brasileiras. Aureolados pelo 25 de Abril, participámos em colóquios com estudantes universitários.

Será preciso dizer que tivemos de lhes explicar que não foramos nós os autores da Revolução, mas os capitães? Com um ar envergonhado, naturalmente, porque eles exigiam que tivéssemos sido nós, não nos podiam perdoar que não tivéssemos sido nós, que fôssemos apenas intelectuais, que não fôssemos o povo que conquistara o Palácio de Inverno de Lisboa (para eles, obviamente, fora o povo que derrubara o fascismo). Olhávamos para nós como se estivéssemos maculados.

E nós sentimo-nos maculados. Eu, pelo menos.

Mas isto poderia levar-nos longe: levar-nos ao pouco crédito de que gozamos, entre as populações, os intelectuais. Problema complicado, este do pouco crédito.

*P.S. — Já agora, uma referência à obra que forneceu a matéria desta crónica: um livro provocador rico de ideias e de juízos excitantes, até por vezes injusto (mas eu próprio talvez me sinta visado, sou portanto suspeito), um livro onde o autor não se exclui das críticas que dirige aos outros. Livro escrito ao correr da pena, velozmente, numa linguagem de articulista de jornal, composto como quem já não pode prolongar o silêncio a que se tem submetido — e onde se traça um panorama pessimista «deste panorama político e cultural em que nos vamos atolando» — panorama apenas atenuado por algumas palavras, pouco convincentes, de esperança no futuro, um pouco à maneira de Tchekhov: dentro de mil anos, talvez...*

Mas livro de sociólogo, não um simples desabafo onde as emoções estrangulam a reflexão. Um inteligente inventário de algumas das nossas interrogações maiores.